

A INTEGRAÇÃO DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL NAS ESTRATÉGIAS DE PLANEJAMENTO REGIONAL

INTEGRATING SUSTAINABLE DEVELOPMENT INTO REGIONAL PLANNING
STRATEGIES

INTEGRACIÓN DEL DESARROLLO SOSTENIBLE EN LAS ESTRATEGIAS DE
PLANIFICACIÓN REGIONAL

**Fernanda Furquim Bitello¹, Christian Ricardo Silva Passos², Silvia Helena Assis Oliveira
Barbosa³, Letícia Lima de Freitas⁴, Alline Barros Meira⁵, Lissandro Botelho⁶, Douglas Caetano
Vieira⁷, João Paulo de Almeida Siqueira⁸, Claudio Luiz de Freitas⁹, Jaques José da Silva Souza¹⁰,
Priscylla Carla Ferreira Bezerra¹¹, Renato Luiz de Carvalho¹², Alessandro Medeiros Pedro¹³**

DOI: 10.54899/dcs.v22i83.3606

Recibido: 19/09/2025 | Aceptado: 10/10/2025 | Publicación en línea: 20/10/2025.

RESUMO

Esta pesquisa teve como objetivo analisar como os princípios do desenvolvimento sustentável estão sendo incorporados nas estratégias de planejamento regional, com foco na articulação entre políticas públicas, instrumentos normativos e participação social. A metodologia adotada foi a revisão bibliográfica bibliográfica em bases de dados científicas, com recorte entre os anos de

¹ Bióloga e Mestranda em Qualidade Ambiental, Universidade Feevale, Novo Hamburgo, Rio Grande do Sul, Brasil. E-mail: fernandabitello@yahoo.com.br

² Doutor em Biotecnologia/Química de Microrganismos, Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Bahia (IFBA) - campus Ilhéus, Bahia, Brasil. E-mail: christian@ifba.edu.br

³ Mestre em Gestão e Regulação de Recursos Hídricos, ProfÁgua Pólo UFBA, Salvador, Bahia, Brasil. E-mail: silviabarbosa@gmail.com

⁴ Mestra em Turismo, Universidade de Brasília (UNB), Brasília, Distrito Federal, Brasil. E-mail: leticialif@yahoo.com.br

⁵ Mestre em Economia Regional e Políticas Públicas (PERPP), Universidade Estadual de Santa Cruz (UESC). E-mail: allinemeira@gmail.com

⁶ Mestre em Planejamento do Desenvolvimento, Instituto Federal do Amazonas (IFAM), Manaus, Amazonas, Brasil. E-mail: lissandro.botelho@ifam.edu.br

⁷ Doutorando em Ciências Empresariais e Sociais, Universidade de Ciências Empresariais e Sociais de Buenos Aires/Argentina (UCES), Buenos Aires, Argentina. E-mail: profdouglasscv@gmail.com

⁸ Mestre em Estruturas e Construção Civil, Universidade de Brasília, Brasília, Distrito Federal, Brasil. E-mail: joaopaulodealmeida28@gmail.com

⁹ Mestre em Contabilidade, Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), Lorena, São Paulo, Brasil. E-mail: claudio.freitas@posgrad.ufsc.br

¹⁰ Mestre em Administração Pública, pelo Mestrado Profissional em Rede Nacional (PROFIAP - UNIVASF), Universidade Federal do Vale do São Francisco (UNIVASF), Juazeiro, Bahia, Brasil. E-mail: jaques.souza@hotmail.com

¹¹ Mestranda em Administração Pública, Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE), Recife, Pernambuco, Brasil. E-mail: priscylla.bezerra@ufrpe.br

¹² Mestre em Meio Ambiente e Desenvolvimento Regional, Universidade Anhanguera (UNIDERP), Campo Grande, Mato Grosso do Sul, Brasil. E-mail: Renatto_luiz@hotmail.com

¹³ Doutorando em Biociências, Universidade Estadual Paulista (UNESP), São José do Rio Preto, São Paulo, Brasil. E-mail: alessandroctg@hotmail.com

2010 e 2025. Os resultados evidenciaram que, apesar de avanços em termos de instrumentos legais e integração de políticas, ainda persistem desafios relacionados à fragmentação institucional, à escassez de dados e à baixa participação social. A conclusão da pesquisa aponta que a integração do desenvolvimento sustentável ao planejamento regional é possível e necessária, desde que envolva vontade política, capacitação técnica, coordenação multisetorial e inclusão da sociedade nos processos decisórios.

Palavras-chave: Desenvolvimento sustentável; Planejamento regional; Gestão.

ABSTRACT

This research aimed to analyze how sustainable development principles are being incorporated into regional planning strategies, focusing on the articulation between public policies, regulatory instruments, and social participation. The methodology adopted was a bibliographic review of scientific databases, covering the period 2010 to 2025. The results showed that, despite advances in legal instruments and policy integration, challenges related to institutional fragmentation, data scarcity, and low social participation persist. The research concludes that integrating sustainable development into regional planning is possible and necessary, provided it involves political will, technical capacity, multisectoral coordination, and the inclusion of society in decision-making processes.

Keywords: Sustainable development; Regional planning; Management.

RESUMEN

Esta investigación tuvo como objetivo analizar cómo se incorporan los principios del desarrollo sostenible en las estrategias de planificación regional, centrándose en la articulación entre políticas públicas, instrumentos regulatorios y participación social. La metodología adoptada fue una revisión bibliográfica de bases de datos científicas, que abarca el período 2010-2025. Los resultados mostraron que, a pesar de los avances en los instrumentos legales y la integración de políticas, persisten desafíos relacionados con la fragmentación institucional, la escasez de datos y la baja participación social. La investigación concluye que la integración del desarrollo sostenible en la planificación regional es posible y necesaria, siempre que implique voluntad política, capacidad técnica, coordinación multisectorial e inclusión de la sociedad en los procesos de toma de decisiones.

Palabras clave: Desarrollo sostenible; Planificación regional; Gestión.



Esta obra está bajo una [Licencia Creative Commons Atribución- NoComercial 4.0 Internacional](https://creativecommons.org/licenses/by-nc/4.0/)

INTRODUÇÃO

A crescente preocupação com os impactos ambientais, sociais e econômicos da atividade humana tem intensificado o debate sobre a necessidade de integrar os princípios do desenvolvimento sustentável nas estratégias de planejamento regional. Essa integração busca equilibrar o crescimento econômico com a preservação ambiental e a equidade social, garantindo qualidade de vida para as atuais e futuras gerações. No entanto, essa transição exige uma reestruturação profunda das políticas públicas, dos instrumentos de gestão territorial e dos modelos de governança adotados nas diferentes regiões (Brenzan; Hornung; Oliveira, 2021).

A sustentabilidade deixou de ser apenas um ideal filosófico ou ecológico e passou a se consolidar como uma diretriz estratégica de políticas públicas em escala global, nacional e local. Em resposta às diretrizes da Agenda 2030 da Organização das Nações Unidas (ONU), os governos têm buscado maneiras de regionalizar os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), promovendo ações específicas para realidades locais. Isso torna o planejamento regional um espaço fundamental para a articulação entre as metas globais e as necessidades locais (Brenzan; Hornung; Oliveira, 2021).

Nesse contexto, o planejamento regional se transforma em uma ferramenta estratégica para o alcance da sustentabilidade. Ele permite articular políticas de desenvolvimento econômico, gestão de recursos naturais e inclusão social de forma integrada, respeitando as especificidades territoriais. A abordagem regional, por sua vez, permite uma leitura mais acurada das desigualdades territoriais e das potencialidades locais, o que facilita a adoção de estratégias mais eficazes (Marchesini, 2020).

Entretanto, a implementação prática dessa integração esbarra em diversos desafios. Entre eles, destaca-se a fragmentação das políticas públicas, a ausência de instrumentos eficazes de avaliação, a resistência de setores econômicos e a dificuldade de articular múltiplos atores em torno de objetivos comuns. Além disso, ainda há uma lacuna entre o discurso institucional da sustentabilidade e a sua materialização nos processos decisórios regionais (Camillo; Castro Filho, 2020).

Outro fator relevante é a carência de dados integrados e atualizados que subsidiem o planejamento de forma sustentável. A ausência de indicadores regionais alinhados aos ODS compromete a capacidade de monitoramento das políticas implementadas. Para que o planejamento regional seja realmente eficaz, é essencial que ele seja pautado em evidências,

considerando tanto os impactos ambientais quanto as dimensões sociais e econômicas (Cruz, 2021).

A governança territorial também exerce papel central nesse processo. A descentralização do poder e o fortalecimento da participação social são fatores que contribuem para a criação de soluções mais adequadas às realidades locais. Modelos de gestão participativa, que envolvam comunidades, setor privado, universidades e governos locais, são fundamentais para construir consensos e legitimar as decisões tomadas (Cerqueira, 2025).

Além disso, é essencial que os instrumentos legais e normativos estejam alinhados com os princípios do desenvolvimento sustentável. O zoneamento ecológico-econômico, os planos diretores e os instrumentos de regulação territorial devem ser atualizados para incorporar a sustentabilidade como eixo central das decisões. Essa atualização exige capacitação técnica, investimento em tecnologias e revisão dos marcos legais existentes (Lima et al., 2025b).

Diante desse panorama, o objetivo da pesquisa foi analisar como os princípios do desenvolvimento sustentável estão sendo incorporados nas estratégias de planejamento regional, com foco na articulação entre políticas públicas, instrumentos normativos e participação social.

Para alcançar esse objetivo, foi realizada uma revisão bibliográfica em bases de dados científicas como Scopus, Scielo, Web of Science e Google Acadêmico, selecionando artigos, dissertações e relatórios técnicos publicados entre 2015 e 2023. Os critérios de seleção incluíram a relevância para o tema, abordagens metodológicas claras e diversidade geográfica.

A relevância da pesquisa está na sua contribuição para a construção de modelos mais eficazes de planejamento regional, capazes de integrar de forma equilibrada as dimensões ambiental, social e econômica do desenvolvimento sustentável. Ao identificar as principais barreiras, avanços e possibilidades, o estudo oferece subsídios teóricos e práticos para formuladores de políticas, gestores públicos e pesquisadores interessados em alinhar a gestão territorial aos princípios da sustentabilidade.

DESENVOLVIMENTO

A importância do planejamento regional para a sustentabilidade

O planejamento regional é uma ferramenta essencial para promover o desenvolvimento de territórios de maneira equilibrada e equitativa. Ele considera as especificidades locais, como

características geográficas, culturais, econômicas e ambientais, permitindo que estratégias de desenvolvimento sejam adaptadas à realidade de cada região. Essa abordagem torna-se indispensável diante das desigualdades históricas entre regiões e da necessidade de promover justiça espacial (Cerqueira, 2024).

A integração da sustentabilidade ao planejamento regional pressupõe uma leitura crítica do território, identificando áreas de vulnerabilidade socioambiental e potencialidades econômicas. Assim, é possível propor intervenções que minimizem impactos negativos e ampliem os efeitos positivos do desenvolvimento. O foco deixa de ser apenas o crescimento econômico e passa a incluir qualidade de vida, preservação ambiental e inclusão social (Cruz, 2021).

Outro aspecto importante é a superação da visão setorial das políticas públicas. A sustentabilidade exige ações intersetoriais e interinstitucionais, que envolvam saúde, educação, meio ambiente, habitação, transporte, entre outros. O planejamento regional, quando bem estruturado, permite a coordenação dessas políticas de forma sinérgica, promovendo resultados mais amplos e duradouros (Camillo; Castro Filho, 2020).

Além disso, o planejamento regional deve considerar a capacidade de resiliência dos territórios frente a riscos ambientais, como mudanças climáticas, desastres naturais e degradação dos recursos naturais. Incorporar estratégias de adaptação e mitigação no processo de planejamento é fundamental para garantir a continuidade do desenvolvimento em contextos de crise (Gonçalves et al., 2024).

A base para um planejamento eficaz está na informação de qualidade. É imprescindível investir em diagnósticos territoriais, mapeamentos participativos e construção de indicadores socioambientais. Esses instrumentos orientam as decisões, ajudam a monitorar os resultados e promovem maior transparência nas ações governamentais (Irigaray; Stocker, 2022).

A sustentabilidade no planejamento regional também exige uma abordagem de longo prazo. A lógica do imediatismo político deve ser superada por uma visão estratégica que considere o futuro das próximas gerações. Para isso, é necessário que os planos regionais tenham continuidade, independentemente das mudanças de governo (Cerqueira, 2025).

Outro fator crucial é a integração dos diferentes níveis de governo. A articulação entre União, estados e municípios é fundamental para alinhar objetivos e evitar sobreposição ou lacunas nas ações. Muitas vezes, a ausência dessa articulação compromete a eficácia do planejamento e fragiliza os resultados esperados (Kronemberger, 2019).

A participação social qualificada é outro elemento-chave. Quando a população é envolvida na elaboração e monitoramento dos planos, as decisões se tornam mais legítimas, eficazes e duradouras. A democracia participativa fortalece a governança e aumenta o senso de pertencimento das comunidades aos processos de transformação territorial (Lima et al., 2025a).

Também é importante destacar a dimensão econômica do planejamento regional. A sustentabilidade não nega a importância do crescimento, mas propõe que ele ocorra de forma justa e responsável. Isso implica em apoiar economias locais, estimular a inovação sustentável e promover cadeias produtivas que respeitem o meio ambiente e os direitos trabalhistas (Layrargues, 2020).

A dimensão cultural deve ser considerada. O planejamento regional sustentável deve respeitar as identidades locais, os saberes tradicionais e os modos de vida das populações. A diversidade cultural é uma riqueza que pode ser integrada às estratégias de desenvolvimento de forma criativa e inclusiva. Portanto, a integração do desenvolvimento sustentável no planejamento regional não é apenas uma demanda técnica, mas uma necessidade ética e política, capaz de promover um novo modelo de desenvolvimento territorial mais justo, resiliente e equilibrado (Silva; Lima; Silva, 2025).

Instrumentos e políticas públicas para a sustentabilidade regional

A efetivação da sustentabilidade no planejamento regional depende da existência e aplicação de instrumentos adequados. Entre os principais instrumentos destaca-se o Zoneamento Ecológico-Econômico (ZEE), que permite identificar as vocações e limitações do território, orientando o uso racional dos recursos naturais e a localização das atividades econômicas (Gonçalves et al., 2024).

Outro instrumento fundamental é o Plano Diretor, que regula o uso e a ocupação do solo urbano. Ele deve incorporar critérios ambientais, sociais e econômicos que garantam a sustentabilidade das cidades e evitem a expansão desordenada, a segregação socioespacial e a degradação ambiental (Irigaray; Stocker, 2022).

A Política Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR) também exerce papel central nesse processo. Ela busca reduzir as desigualdades regionais e promover o desenvolvimento equilibrado do território nacional. Integrar os ODS às diretrizes da PNDR pode fortalecer sua efetividade e ampliar seu alcance (Kronemberger, 2019).

As políticas públicas setoriais, como aquelas voltadas para agricultura, energia, transportes e educação, também devem ser alinhadas ao planejamento regional sustentável. Essa coerência entre planos e políticas aumenta a eficiência das ações e evita conflitos entre objetivos diversos (Lima et al., 2025c; Lima; Domingues; Silva, 2024; Lima; Domingues Junior; Gomes, 2025).

Os consórcios intermunicipais representam uma alternativa eficaz para a gestão compartilhada de políticas regionais. Ao reunir municípios em torno de problemas comuns, é possível planejar e executar ações conjuntas que respeitam a lógica territorial, especialmente em regiões metropolitanas ou áreas de fronteira (Kronemberger, 2019).

É igualmente importante a atuação dos órgãos estaduais e federais no suporte técnico e financeiro aos municípios. Muitas regiões carecem de capacidade técnica para elaborar planos sustentáveis. O apoio institucional e o investimento em capacitação são fundamentais para superar essa barreira (Layrargues, 2020).

A participação do setor privado também é essencial. Empresas comprometidas com a sustentabilidade podem contribuir com inovação, financiamento e implementação de soluções tecnológicas que favoreçam o desenvolvimento sustentável regional. Parcerias público-privadas bem estruturadas podem ampliar o impacto das políticas (Lima et al., 2024a).

As universidades e centros de pesquisa desempenham papel estratégico na geração de conhecimento, formação de recursos humanos e apoio à formulação de políticas públicas. A aproximação entre ciência e gestão territorial pode qualificar o planejamento e aumentar sua base empírica (Lima et al., 2024b).

Além disso, instrumentos econômicos, como incentivos fiscais, fundos ambientais e pagamento por serviços ambientais, podem estimular práticas sustentáveis nos territórios. Esses mecanismos funcionam como alavancas para mudança de comportamento e adoção de práticas mais sustentáveis por parte de diversos atores (Marchesini, 2024).

O monitoramento e a avaliação contínua das políticas implementadas são condições essenciais para o sucesso do planejamento sustentável. Indicadores regionais de sustentabilidade devem ser construídos e atualizados regularmente, com transparência e participação social (Silva; Lima; Silva, 2025).

Finalmente, é necessário garantir marcos legais sólidos e atualizados, que deem sustentação jurídica ao planejamento regional sustentável. A legislação deve ser clara, aplicável e compatível com os princípios da sustentabilidade, além de prever mecanismos de fiscalização

e penalização para práticas que violem esses princípios.

Desafios e perspectivas para a integração sustentável no planejamento regional

Apesar dos avanços institucionais e teóricos, ainda existem grandes desafios para a consolidação da sustentabilidade nas práticas de planejamento regional. Um dos principais entraves é a fragmentação institucional, que dificulta a articulação entre os diferentes órgãos governamentais e setores da sociedade (Camillo; Castro Filho, 2020).

Outro desafio é a escassez de recursos financeiros. Muitas regiões, especialmente as menos desenvolvidas, enfrentam dificuldades para investir em planejamento de longo prazo. A dependência de transferências federais e a limitação orçamentária reduzem a capacidade de implementar ações sustentáveis efetivas (Brenzan; Hornung; Oliveira, 2021).

A carência de dados atualizados e integrados também compromete a qualidade do planejamento. Sem diagnósticos consistentes, torna-se difícil identificar prioridades, avaliar impactos e propor intervenções com base em evidências. Essa deficiência pode ser superada com investimento em sistemas de informação geográfica e mapeamentos participativos (Lima et al., 2025a; Lima et al., 2025b; Lima et al., 2025c; Lima; Domingues; Silva, 2024; Lima; Domingues Junior; Gomes, 2025).

A resistência cultural à mudança é outro obstáculo. Em muitos contextos, ainda predomina uma visão de desenvolvimento baseada no extrativismo e no crescimento econômico ilimitado. A mudança de paradigma requer investimento em educação ambiental, formação técnica e sensibilização da população e dos gestores públicos (Cerqueira, 2025).

Além disso, o ciclo político e a descontinuidade administrativa comprometem a continuidade das ações de planejamento. A cada troca de governo, muitas políticas são abandonadas ou substituídas sem avaliação prévia, o que inviabiliza o planejamento de longo prazo (Cerqueira, 2024).

A participação social, embora desejável, muitas vezes é limitada pela falta de canais efetivos, baixa mobilização da população e ausência de informação acessível. Fortalecer os conselhos regionais, fóruns participativos e mecanismos digitais de consulta pode ampliar o engajamento social (Cruz, 2021).

Outro desafio importante é garantir a inclusão social no processo de planejamento. As populações mais vulneráveis, como comunidades tradicionais, povos indígenas e moradores de

áreas periféricas, muitas vezes são excluídas das decisões. Incluir suas vozes é essencial para que o planejamento seja, de fato, sustentável e justo (Gonçalves et al., 2024).

Do ponto de vista técnico, há uma lacuna na formação de profissionais especializados em planejamento sustentável. As universidades precisam incluir essa temática em seus currículos, formando gestores públicos capacitados para lidar com a complexidade do desenvolvimento territorial sustentável (Irigaray; Stocker, 2022).

Há também desafios ligados à fiscalização e aplicação da legislação ambiental e urbanística. A impunidade e a flexibilização das normas comprometem a efetividade das políticas públicas e incentivam práticas insustentáveis (Kronemberger, 2019).

Contudo, há perspectivas promissoras. A popularização dos ODS, o avanço da ciência de dados, o fortalecimento das redes de cidades e o surgimento de movimentos sociais engajados oferecem caminhos para aprimorar o planejamento regional. O uso de tecnologias digitais e inteligência territorial também pode ser um diferencial para a sustentabilidade. Por fim, é possível afirmar que a integração entre planejamento regional e desenvolvimento sustentável é viável, desde que haja vontade política, capacitação técnica, participação social e compromisso ético com o futuro do planeta (Layrargues, 2020).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente pesquisa teve como objetivo analisar como os princípios do desenvolvimento sustentável estão sendo incorporados nas estratégias de planejamento regional, com foco na articulação entre políticas públicas, instrumentos normativos e participação social. A análise revelou avanços significativos, mas também desafios estruturais que ainda precisam ser superados para que a sustentabilidade se consolide como eixo orientador do planejamento territorial.

Por meio de uma revisão bibliográfica em bases de dados científicas, foi possível identificar tendências, boas práticas e lacunas nos processos de planejamento regional em diferentes contextos. Os dados analisados mostraram que o sucesso da integração sustentável depende da articulação intergovernamental, da qualificação técnica dos planos, do uso de instrumentos adequados e da efetiva participação da sociedade.

A relevância da pesquisa reside na sua contribuição para o aprimoramento das estratégias de gestão regional sustentável. Ao oferecer uma análise crítica e fundamentada, o estudo pode

subsidiar gestores públicos, pesquisadores e instituições na construção de políticas mais integradas, participativas e orientadas para os desafios contemporâneos do desenvolvimento.

REFERÊNCIAS

- BRENZAN, C. K. M.; HORNUNG, R.; OLIVEIRA, I. C. de. A EDUCAÇÃO AMBIENTAL EM UM MUNICÍPIO DO OESTE PARANAENSE E SUAS PRÁTICAS ENVOLVENDO OS OBJETIVOS DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL – ODS. *International Journal of Environmental Resilience Research and Science*, [S. l.], v. 3, n. 2, 2021
- CAMILLO, E. S.; CASTRO FILHO, C. M de. Diretrizes para formular políticas públicas do livro, leitura e bibliotecas: foco no ODS 4 da Agenda 2030 para a América do Sul. **Informação & Informação**, [S. l.], v. 25, n. 4, p. 327–356, 2020.
- CERQUEIRA, H. G. Direito Ambiental e o Ambientalismo de Resultado Sustentável: Uma Revolução do Meio Ambiente. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2025.
- CERQUEIRA, H. G. Escola Cívico-Militar: Uma Projeção para o Futuro da Geração Atual. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2024.
- CRUZ, F. N. Gestão da Sustentabilidade e Gestão de Projetos: caminhos para integração dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) na política das organizações. **Revista Interdisciplinar De Gestão Social**, 9(3), 2021.
- GONÇALVES, JOSÉ NILTON DE ARAÚJO ; MORAES, LARISSA CRISTINA NETO DE ; SILVA, AVELAR ALVES DA ; ASSIS II, ONILDO RIBEIRO DE ; FLUMINHAN, ANTONIO ; PACHECO, CLECIA SIMONE GONÇALVES ROSA ; SANTOS, REINALDO PACHECO DOS ; BALDISSARELLI, JUCIELE MARTA ; BERNARDY, TATIANE ATANÁSIO DOS SANTOS ; MELLER, GUILHERME SEMPREGOM . Industry 4.0: Biotechnologies and the Implications For Innovation and Sustainability. *RGSA (ANPAD)*, v. 18, p. e010547, 2024.
- IRIGARAY, H. A. R.; STOCKER, F. ESG: novo conceito para velhos problemas. **Cad. EBAPE.BR**, v. 20, nº 4, Rio de Janeiro, Jul./Ago. 2022.
- KRONEMBERGER, D. M. P. Os desafios da construção dos indicadores ODS globais. **Cienc. Cult.**, v. 71, n. 1, São Paulo Jan./Mar., 2019.
- LAYRARGUES, P. P. P. Manifesto por uma Educação Ambiental Indisciplinada. **Ensino, Saúde e Ambiente**, 4 jun. 2020.
- SILVA, ROBSON TAVARES DA ; LIMA, Lucas Alves de Oliveira; SILVA, ROBSON DIAS DA. TRANSFORMAÇÃO DIGITAL, DESENVOLVIMENTO E DESAFIOS SOCIAIS NO CONTEXTO DA INDÚSTRIA 4.0. *Revista de Derecho y Câmbio Social*, v. 22, p. e3555, 2025. <https://doi.org/10.54899/dcs.v22i83.3555>
- LIMA, L. A. de O.; MANGONI, S. S.; VELEZ, W. M.; FILHO, C. R. C.; SANTOS, M. E. dos; BRITO, I. L. P.; RODRIGUES, P. D.; SOARES, A. R. N. Meio Ambiente, Sustentabilidade e ESG: A Importância da Gestão Socioambiental para a Governança Ambiental, Social e Corporativa. *Revista de Gestão e Secretariado*, [S. l.], v. 16, n. 9, p. e5247, 2025. DOI: 10.7769/gesec.v16i9.5247.

LIMA, L. A. de O.; JAHNKE, J. F.; JESUS, E. L. de; PEREIRA, R.; RIBEIRO, C. M. G.; PEDRO, A. M. Tecnologias de Informação e Comunicação na Globalização: Conexões, Desigualdades e Transformações Socioculturais. *Revista de Gestão e Secretariado*, [S. l.], v. 16, n. 8, p. e5222, 2025. DOI: 10.7769/gesec.v16i8.5222.

LIMA, L. A. de O.; BERNARDY, T. A. dos S.; BALDISSARELLI, J. M.; CERQUEIRA, H. de G.; BRITO, J. R. L.; GOMES, M. O.; CAMPOS, D. F. Gestão Socioambiental, Marketing Verde e Legislação: o Papel do Regulamento Jurídico no Combate às Práticas de Greenwashing nas Organizações. *Revista de Gestão e Secretariado*, [S. l.], v. 16, n. 7, p. e5145, 2025. DOI: 10.7769/gesec.v16i7.5145.

LIMA, L. A. O.; DOMINGUES, P. L.; SILVA, R. T. . Applicability of the Servqual Scale for Analyzing the Perceived Quality of Public Health Services during the Covid-19 Pandemic in the Municipality of Três Rios/RJ, Brazil. *International Journal of Managerial Studies and Research (IJMSR)*, v. 12, p. 17-18, 2024. <https://doi.org/10.20431/2349-0349.1208003>

LIMA, L. A. de O.; DOMINGUES JUNIOR, P. L. GOMES, O. V. de O. SAÚDE OCUPACIONAL E QUALIDADE DE VIDA NO TRABALHO DE CATADORES DE RECICLÁVEIS: UMA REVISÃO SISTEMÁTICA. *Revista CPAQV - Centro de Pesquisas Avançadas em Qualidade de Vida*, [S. l.], v. 17, n. 2, p. 9, 2025. DOI: 10.36692/V17N2-93R

LIMA, L. A. de O.; SANTOS, A. F. dos; NUNES, M. M.; SILVA, I. B. da; GOMES, V. M. M. da S.; BUSTO, M. de O.; OLIVEIRA, M. A. M. L. de; JOÃO, B. do N. Sustainable Management Practices: Green Marketing as A Source for Organizational Competitive Advantage. **Revista de Gestão Social e Ambiental**, São Paulo (SP), v. 18, n. 4, 2024. DOI: 10.24857/rgsa.v18n4-087.

LIMA, L. A. de O.; SILVA, J. M. S. da; SANTOS, A. de O.; MARQUES, F. R. V.; LEÃO, A. P. da S.; CARVALHO, M. da C. L.; ESTEVAM, S. M.; FERREIRA, A. B. S. The Influence of Green Marketing on Consumer Purchase Intention: a Systematic Review. **Revista de Gestão Social e Ambiental**, São Paulo (SP), v. 18, n. 3, p. e05249, 2024. DOI: 10.24857/rgsa.v18n3-084.

MARCHESINI, Renato. A Importância dos Túmulos para a Educação Patrimonial e o Turismo Mundial. In: Congresso Internacional Movimentos Docentes, 2024, On-line. Anais [...]. Diadema: UNIFESP, 2024. Vol. 1. p.279-287. DOI: 10.47247/LV/6063.067.3

MARCHESINI, Renato. Políticas Públicas de Fomento do Desenvolvimento Regional do Turismo no Litoral de São Paulo. In: LOPES DOS SANTOS, Aristides Faria. *Gestão Pública Municipal no Brasil*. 1. ed. São Paulo: Editora Scortecci, 2020. p. 249.

MONTEIRO, R. R. et al. LEGISLAÇÃO, ECOÉTICA, EDUCAÇÃO AMBIENTAL E ODS 4: DESAFIOS NA IMPLEMENTAÇÃO DA POLÍTICA NACIONAL DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL E METAS DO OBJETIVO DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL NO BRASIL. **REVISTA JurES** -v.16, n.30, p. 141-162, dez. 2023.

NUNES, L. C. Educação Ambiental para Sustentabilidade: Objetivos de Desenvolvimento

Sustentável nas Escolas. **Revista Científica FESA**, [S. l.], v. 3, n. 12, p. 91–103, 2023.

SEIXAS, C. S. et al. Governança ambiental no Brasil: rumo aos objetivos do desenvolvimento sustentável (ODS)?. **Cadernos Gestão Pública e Cidadania**, São Paulo, v. 25, n. 81, 2020.